

Revista Iberoamericana de Turismo



MINISTERIO
DE ASUNTOS EXTERIORES
Y DE COOPERACIÓN



O DESENVOLVIMENTO DO TURISMO EM BARRA GRANDE, PIAUÍ (BRASIL) E SEU SIGNIFICADO PARA A COMUNIDADE LOCAL

Erminia Medeiros Macêdo
Mestre em Turismo pela Universidade de Brasília, Brasil.
E-mail: erminia.medeiros@hotmail.com

Ricardo Gomes Ramos
Mestre em Desenvolvimento e Meio Ambiente pela Universidade Federal do Piauí, Brasil.
E-mail: ricardo0219@hotmail.com

Resumo

O desenvolvimento da atividade turística, quando realizado de forma desordenada, ocasiona uma série de malefícios à localidade explorada bem como aos seus moradores. No litoral do estado do Piauí, a praia de Barra Grande, pertencente ao município de Cajueiro da Praia, despontou para o turismo a partir do ano de 2005, por oferecer condições favoráveis a prática do kitesurf. Com isso, surgiram pousadas e outros empreendimentos cujos proprietários não fazem parte da comunidade local. Nesse sentido, percebe-se que a comunidade local foi segregada da evolução da atividade, fazendo com que o crescimento dos fluxos turísticos pouco colabore com a melhoria de emprego e renda aos residentes de Barra Grande. Por esse motivo, o presente artigo, objetiva compreender os impactos econômicos e ambientais ocasionados pela exploração turística na localidade de Barra Grande, de forma a atentar pela necessidade de planejamento turístico voltado à sustentabilidade, com base em relatos obtidos por entrevistas junto a moradores nativos e empreendedores existentes na localidade.

Palavras-chave: Barra Grande – Piauí. Turismo. Kitesurf. Desenvolvimento Sustentável.

1 INTRODUÇÃO

A praia de Barra Grande, situada no litoral do Estado do Piauí, pertence ao município de Cajueiro da Praia, o qual possui uma população de 7.163 habitantes (IBGE, 2010). O município possui uma faixa litorânea de 13 quilômetros, sendo a praia de Barra Grande a mais extensa, fazendo parte do pólo turístico Costa do Delta (PIAUI, 2012).

Desde a década de 80 do século XX, a praia é freqüentada para fins de veraneio, por piauienses que possuíam ou alugavam casas para passar a temporada de verão na praia e para fins de turismo, por pessoas provenientes de cidades como Parnaíba e Teresina, ambas situadas no Estado do Piauí, e também de residentes de cidades do estado vizinho, Ceará (PESQUISA DIRETA, 2011).

A partir do ano de 2005, com a exploração do *kitesurf*, esporte aquático, ainda sem certificação da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), que tem como princípio básico “voar sobre a água” (com o uso de uma pipa movida pela força dos ventos, e com prancha presa aos pés), a praia de Barra Grande inicia seu reconhecimento como destino

turístico, nacional e internacional, especialmente procurada por praticantes do referido esporte, fazendo surgir pousadas e outros empreendimentos cujos proprietários não fazem parte da comunidade de Barra Grande (PESQUISA DIRETA, 2011).

A evolução do fluxo turístico em Barra Grande, contudo, não foi acompanhada de um planejamento turístico que ordenasse o seu espaço, através de melhorias de infraestrutura, tampouco contou com a participação efetiva da sua população, salvo o caso da associação de condutores de turismo, surgida também em 2005 e que conta com cerca de uma dezena de associados, nativos da comunidade (PESQUISA DIRETA, 2011).

Dessa forma, buscou-se compreender os principais impactos causados pelo turismo na comunidade da Praia de Barra Grande, bem como o significado da atividade para a comunidade nativa, por meio de entrevistas com moradores e empreendedores, no intuito de se destacar a necessária reordenação de desenvolvimento turístico no local, de forma a contemplar aspectos que permitam o exercício da sustentabilidade, com vistas à promoção de benefícios sócio-econômicos a população nativa da localidade.

2 DIALOGANDO SOBRE TURISMO E DESENVOLVIMENTO

Não existe uma definição universalmente aceita de desenvolvimento. Uma primeira corrente de economistas considera crescimento e industrialização como sinônimos de desenvolvimento. Já uma segunda corrente, que engloba os economistas marxistas e cepalinos, entende que o crescimento é uma condição indispensável para o desenvolvimento, mas não é condição suficiente, pois o desenvolvimento envolve mudanças qualitativas no modo de vida das pessoas, das instituições e das estruturas produtivas (SOUZA, 2009).

Nessa linha de pensamento, o desenvolvimento implica mudança de estruturas econômicas, sociais, políticas e institucionais, com melhoria da produtividade e da renda média da população, conforme atesta Chenery (1991, p. 9),

Pode-se considerar que o desenvolvimento econômico é um conjunto de transformações intimamente associadas, que se produzem na estrutura de uma economia, e que são necessárias à continuidade de seu crescimento. Essas mudanças concernem à composição da demanda, da produção e dos empregos, assim como da estrutura do comércio exterior e dos movimentos de capitais com o estrangeiro. Consideradas em conjunto, essas mudanças estruturais definem a passagem de um sistema econômico tradicional a um sistema econômico moderno.

Souza (2009) complementa a definição acima ao apresentar alguns aspectos inerentes ao desenvolvimento econômico, tais como: existência de crescimento econômico contínuo em ritmo superior ao crescimento demográfico, mudanças de estruturas e melhorias de indicadores econômicos, sociais e ambientais a longo prazo.

Dowbor (1996) apresenta uma visão de desenvolvimento que, sem subestimar a importância econômica, coloca o ser humano e os interesses coletivos e das maiorias como ponto central, convergindo para a possibilidade de potencialização das capacidades de todos os indivíduos.

Muitos critérios podem ser adotados para medir o nível de desenvolvimento dos países e regiões, entre eles destacam-se a renda per capita, o consumo de energia, aço ou calorias por habitante/ano e o nível de alfabetização. Um indicador de desenvolvimento bastante utilizado atualmente é o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), que é

realizado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - PNUD com base em indicadores de renda, educação e expectativa de vida (SEN, 2000).

No entanto, além dos indicadores de natureza social, o diálogo sobre o desenvolvimento não pode prescindir da questão ambiental, pois o modo de produzir e de consumir considerou a natureza como recurso, tornando-a mercadoria, degradando-a. A preocupação com a manutenção e sobrevivência do meio ambiente é prerrogativa deste processo, pois, com o tempo, o crescimento econômico tende a esgotar os recursos produtivos escassos, através de sua utilização indiscriminada (LEFF, 1998; VEIGA, 2010).

Nesta perspectiva, Sachs (1986) aponta que o desenvolvimento deve estar pautado nos seguintes princípios: a satisfação das necessidades básicas, solidariedade com as gerações futuras, preservação dos recursos naturais e do meio ambiente, ao qual também chamou de eco-desenvolvimento. Com isso, o conceito de eco-desenvolvimento diz respeito a uma alternativa de política de desenvolvimento. Essa definição, entretanto, foi sendo substituída, adotando-se a denominação desenvolvimento sustentável.

Ao abordar a relação entre o desenvolvimento sustentável e o turismo, é preciso destacar que, à medida que os impactos negativos ocasionados pela atividade turística passaram a ser identificados, muitas práticas surgiram na tentativa de estabelecer uma gestão que conseguisse amenizar tais efeitos. No entanto, não é fácil quando se trata de uma atividade que tem essência capitalista e que prioriza lucros imediatos em detrimento aos aspectos social e ambiental (BENI, 1998; RUSCHMANN, 1997).

Com isso, o conceito da sustentabilidade aplicado ao turismo, passa a ganhar maior força e discussão e muitas iniciativas que fogem das práticas desenvolvidas pelo turismo tradicional despontaram em todo o Brasil. São formas de se vivenciar o meio natural, através da visitação turística, provocando o mínimo de impacto negativo. Lemos (1999, p. 23) explica que “o desenvolvimento sustentável é um processo de decisão, baseado num consenso, no qual o impacto das atividades econômicas, o meio ambiente e a saúde da sociedade estão integrados e equilibrados”.

Coriolano e Vasconcellos (2007) ressaltam que a prática sustentável necessita de uma melhor compreensão por parte da sociedade, que, ainda não assimilou tais conceitos e não tornou real, na prática, as concepções acerca da sustentabilidade. Portanto, faz-se importante e premente a internalização dos problemas ambientais pela sociedade e a efetiva implementação do desenvolvimento econômico e social contínuo, harmonizado com a gestão racional dos recursos naturais que, segundo Sachs (1986), passa necessariamente pela redefinição de objetivos e planos de ação no sentido de considerar o ambiente como uma dimensão do desenvolvimento. Para tanto, deve-se incorporá-lo a todos os níveis de decisão.

Deste modo, o desenvolvimento sustentável significa qualificar o crescimento e reconciliar o desenvolvimento econômico com a necessidade de se preservar o meio ambiente. É notório que a perspectiva ambiental se destaca em função de ser através do meio natural que se consegue o fornecimento dos recursos básicos necessários ao crescimento. Mas isso não isola as demais variáveis que também são prerrogativas para a garantia da sustentabilidade no desenvolvimento das localidades. De acordo com Zapata (2004, p. 1),

o conceito de desenvolvimento local se apóia na idéia de que as localidades e territórios dispõem de recursos econômicos, humanos, institucionais, ambientais e culturais, além de economias de escala não exploradas, que constituem seu potencial de desenvolvimento. A existência de um sistema produtivo capaz de gerar rendimentos crescentes, mediante a utilização dos recursos disponíveis e a introdução

de inovações garante a criação de riqueza e a melhoria do bem-estar da população local.

O turismo sustentável pode ser o caminho para o desenvolvimento local de um destino, de forma a agregar benesses à população local. Para Buarque (2002, p. 25), o desenvolvimento local pode ser definido como:

Um processo endógeno de mudança que leva ao dinamismo econômico e à melhoria da qualidade de vida da população em pequenas unidades territoriais e agrupamentos humanos. Para ser consistente e sustentável, o desenvolvimento local deve mobilizar e explorar as potencialidades locais e contribuir para elevar as oportunidades sociais e a viabilidade competitiva da economia local; ao mesmo tempo deve assegurar a conservação dos recursos naturais locais, que são a base de suas potencialidades e condição para a qualidade de vida da população local.

Este processo endógeno significa um desenvolvimento interno que abranja todas as esferas, desde a econômica, a social, ambiental, política e cultural. Cada destino deve buscar espaços de competitividade conforme as suas possibilidades e potencialidades, apropriando-se da diversidade e da valorização local como diferencial competitivo, e procurando estimular setores, antes não competitivos, mas que possuem grande força para se desenvolver seja a médio ou longo prazo.

A maior parte dos discursos por parte dos gestores públicos sobre o turismo sempre o apresenta como um fenômeno capaz de promover significativas transformações na conjuntura social de uma localidade. É um diálogo que comumente traz consigo uma leitura otimista e focada nos benefícios trazidos pelo mesmo para o local e para a comunidade.

Essa discussão foi intensificada nas duas últimas décadas, que passou a ver o turismo como alternativa possível para os velhos problemas como erradicação da miséria e pobreza, geração de emprego e renda e ainda, uma alternativa adequada para os novos problemas, como o aumento pela busca do lazer.

Neste contexto, a Organização Mundial do Turismo apresentou em 2001 diretrizes sobre o turismo e a luta contra a pobreza, elucidando as reais possibilidades que a atividade turística tem no combate e na solução da pobreza.

Segundo o documento, o turismo representa uma atividade com forte intensidade de absorção de mão-de-obra que proporciona abertura para as pequenas empresas e iniciativas locais. Sua capacidade de criar emprego para os pobres é enorme, inserindo jovens, mulheres, várias comunidades, mesmo para as pessoas sem qualificação oferecendo-lhes emprego nos centros de balneários e nas zonas rurais pelo ecoturismo e o turismo cultural.

O turismo enquanto atividade pertencente ao modelo econômico capitalista, com vistas à acumulação, facilmente concentrou riqueza, especulou, segregou espaços, degradou ambientes e explorou trabalhadores. De acordo com Coriolano (2009), o que tem diferenciado é que as contradições fizeram surgir contrapropostas de políticas de turismo, chamadas alternativas ao modelo hegemônico, elegendo outras prioridades, o bem estar social das comunidades acima da acumulação capitalista. Essa é a essência do turismo de base comunitária.

O turismo de base comunitária se baseia, portanto, num modelo endógeno, que, acima de tudo, tem na população a sua principal força e seu maior capital. Tavares (2009, p. 31) aponta que “é preciso que a comunidade receptora tenha consciência quanto à chegada

dos visitantes, verificando os impactos positivos e negativos da atividade turística”. Quanto mais os impactos do turismo são percebidos pelos residentes, maiores são as possibilidades de melhor lidar com eles.

De acordo com Beni (2006, p. 36),

O desenvolvimento endógeno consiste em um enfoque territorial do desenvolvimento e do funcionamento do sistema produtivo. O território é um agente de transformação, não mero suporte dos recursos e atividades econômicas, pois existe interação entre as empresas e os demais atores, que se organizam para desenvolver a economia e a sociedade. O ponto de partida para uma economia territorial está no conjunto de recursos econômicos, humanos, institucionais e culturais formadores de seu potencial de desenvolvimento. Nas economias locais podem ser identificados elementos como estrutura produtiva, mercado de trabalho, capacidade empresarial, conhecimento tecnológico, recursos naturais, infraestrutura, sistema social e político, tradição e cultura, em torno dos quais se articulam os processos de crescimento econômico e mudança estrutural. Vale observar que as pequenas e médias empresas, são, com sua flexibilidade e capacidade empresarial e organizacional, os verdadeiros protagonistas do desenvolvimento endógeno.

O que ocorre, na maioria das vezes, é que os destinos turísticos ainda não possuem um nível de ordenamento turístico, como aponta Beni (2006) para garantir um desenvolvimento endógeno, o que, muitas vezes, dificulta o processo.

Sobre essa questão, Maldonado (2009) aponta que as principais deficiências da oferta de turismo comunitário resultam, em parte, da incursão das comunidades no turismo em situações de improviso, ausência de profissionalismo, desconhecimento do mercado e dos instrumentos de gestão de negócios. Em todo caso, desde que devidamente ponderados os riscos e os pontos fracos, uma série de iniciativas operam em condições econômicas insustentáveis, no contexto de programas de suposto alívio da pobreza. Monteiro e Monteiro (2008, p. 4) comentam que,

os moradores devem possuir um olhar crítico para a prática do turismo, percebendo que este poderá valorizar seus patrimônios culturais, naturais e ainda gerar renda na comunidade com a venda do artesanato, divulgação da gastronomia local, etc. É necessário ressaltar que a relação entre moradores e turistas deve ser harmônica e se caracteriza por ser nutrida de interesses de ambas as partes.

A população precisa querer o turismo, sabendo que esta atividade pode gerar benefícios econômicos com a injeção de capital; e sociais, com a criação de oportunidades de empregos, diretos ou indiretos. Para Coriolano (2009, p. 283), “no turismo comunitário os residentes possuem o controle produtivo da atividade desde o planejamento até o desenvolvimento e a gestão”. Para Maldonado (2009, p. 31), por turismo comunitário:

Entende-se toda forma de organização empresarial sustentada na propriedade e na autogestão sustentável dos recursos patrimoniais comunitários, de acordo com as práticas de cooperação e equidade no trabalho e na distribuição dos benefícios gerados pela prestação dos serviços turísticos. A característica distinta do turismo comunitário é sua dimensão humana e cultural, vale dizer antropológica, com objetivo de incentivar o diálogo entre iguais e encontros interculturais de qualidade

com nossos visitantes, na perspectiva de conhecer e aprender com seus respectivos modos de vida.

O turismo é uma atividade invasora e, portanto, geradora de impactos negativos. Quando a atividade turística não é planejada e discutida suficientemente pela comunidade, os riscos de ocorrerem conflitos internos, descaracterização das tradições culturais, substituição das antigas atividades produtivas da localidade, alterações no ecossistema e na paisagem local, alterações no modo de vida dos moradores são efetivos e preocupantes.

3 ASPECTOS SOCIAIS, ECONÔMICOS E TURÍSTICOS DO MUNICÍPIO DE CAJUEIRO DA PRAIA

A Figura 1 demonstra a localização do município de Cajueiro da Praia:

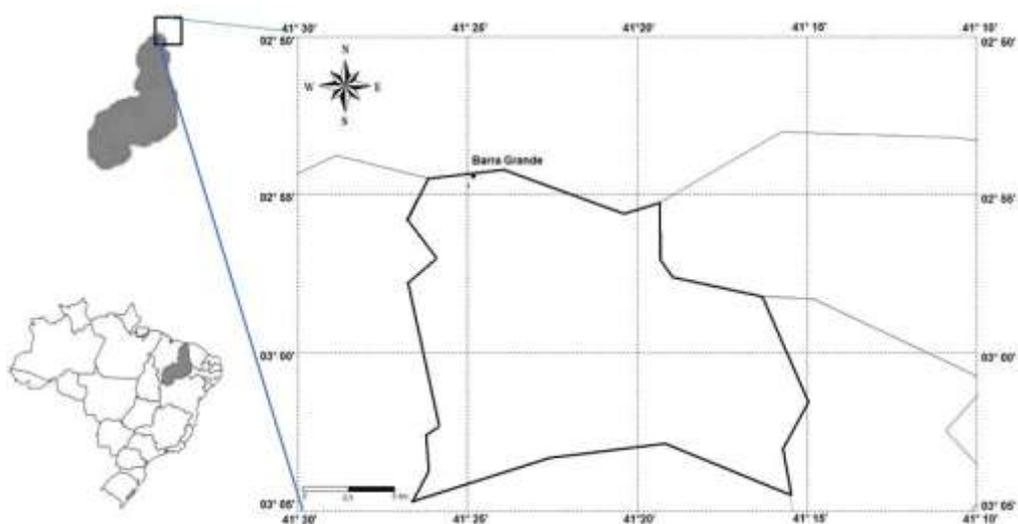


Figura 1 – Representação espacial do Estado do Piauí e Cajueiro da Praia
Fonte: Freitas (2011)

O litoral do estado do Piauí ocupa 66 km de extensão da faixa litorânea brasileira. O município de Cajueiro da Praia está localizado no extremo nordeste do estado do Piauí a 402 km da capital, Teresina. É limitado ao Norte pelo Oceano Atlântico, ao sul e a oeste pelo município de Luís Correia, fazendo fronteira a leste com o estado do Ceará. O município foi criado pelo desmembramento de 281,75 km² do território do município de Luís Correia, por meio do Decreto n.º. 4.810 de 27 de dezembro de 1995. O município integra o Território da Planície Litorânea, uma das onze regiões em que está dividida a Bacia Hidrográfica do Rio Parnaíba e que são consideradas, nos limites do estado, como unidades de planejamento do Estado do Piauí (MOREIRA; MAVIGNIER, 2007). Quanto aos aspectos econômicos, o Produto Interno Bruto (PIB) do município foi impactado positivamente nos últimos anos, como mostra a Tabela 1:

Tabela 1 - Produto Interno Bruto (Piauí e Cajueiro da Praia)

	2003		2004		2005		2006	
	<i>A preço corrente</i>	<i>Per capita</i>						
Piauí	8.777.044	2.978	9.816.735	3.297	11.129.201	3.701	12.790.396	4.213
Cajueiro da Praia	14.189	2.312	12.404	2.019	13.585	2.210	16.464	2.676

Fonte: IBGE (2010)

Apesar de ainda apresentar um valor bem inferior se comparado ao PIB estadual, é possível perceber que houve evolução no que se refere ao PIB do município de Cajueiro da Praia. Podendo-se inferir que tal crescimento teve no turismo um dos setores que mais contribuíram. No aspecto social, o município apresenta um IDH baixo, porém registrando crescimento no período de 1991 a 2000. Para fins de referência, o PNUD classifica os IDH em três categorias, sendo elas: baixo, quando o índice é inferior a 0,500; médio, quando o índice estiver entre 0,501 e 0,800; e alto, para índices superiores a 0,801 (PDITS POLO COSTA DO DELTA, 2009).

De acordo com o documento PDITS Polo Costa do Delta (2009, p. 51), “dos municípios componentes do Polo Costa do Delta 25% deles saíram da classificação oficial de IDH ‘baixo’ para ‘médio’ e, em 2000, apenas 15% continuou com a classificação ‘baixo’, contra 55% em 1991”. A Tabela 2 demonstra a variação do IDH do município de Cajueiro da Praia nos anos de 1991 e 2000, bem como o desmembramento do índice nos três aspectos considerados para sua composição: renda, longevidade e educação.

Tabela 2 - Índice de Desenvolvimento Humano – Cajueiro da Praia

IDH 1991	IDH 2000	Renda 1991	Renda 2000	Longevidade 1991	Longevidade 2000	Educação 1991	Educação 2000
0,418	0,563	0,382	0,466	0,528	0,561	0,344	0,663

Fonte: PNUD (2011)

Como observado, no período de 1991 ao ano 2000, o município obteve melhorias em relação ao nível do IDH, contudo ainda está distante de alcançar os níveis desejáveis que assegurem uma boa qualidade de vida para a população desses locais. Neste contexto, ressalta-se mais uma vez a importância que o turismo apresenta para essas regiões, que, se for encarado como uma política pública séria, pode ser um efetivo instrumento catalisador deste processo, em especial para o município de Cajueiro da Praia.

A história da origem da cidade, os hábitos e costumes dos moradores são aspectos interessantes para o turismo, pois a comunidade de Cajueiro da Praia, apesar de tudo, ainda é bastante tradicional no que diz respeito aos hábitos culturais, que envolvem desde as práticas religiosas, como a tradicional Festa do Caju, a Regata do Pescador e lendas locais. Além disso, a gastronomia local, com comidas feitas com frutos do mar, em especial as peixadas, também constituem elementos agregadores ao turismo (PESQUISA DIRETA, 2011).

As principais atividades culturais no município estão associadas à religião e as duas atividades econômicas tradicionais são a pesca e a agricultura de subsistência. A atividade da pesca promove os festejos juninos da festa de São Pedro, padroeiro dos pescadores. Associada ao cultivo da mandioca, a tradição da farinhada mantém-se viva, operando casas

de farinha em quase todos os povoados, em especial no primeiro semestre, nos meses de Junho e Julho (PESQUISA DIRETA, 2011).

De acordo com as pesquisas realizadas pelo Instituto Histórico e Artístico Nacional - IPHAN, foram encontrados no município 25 sítios arqueológicos, sendo essa totalidade caracterizada como sambaquis (sítios pré-históricos formados pela acumulação de conchas de moluscos, ossos humanos e de animais). No interior dos sambaquis podem ser encontrados vestígios de fogueiras, instrumentos cortantes, amoladores, restos de mamíferos, além de ossos de peixes e tartarugas (Plano Diretor de Cajueiro da Praia, 2008).

Os recursos científicos estão direcionados, em primeiro lugar à presença da fauna marinha encontrada em poucas regiões do Brasil (peixe-boi). O seu monitoramento é realizado três vezes por semana por técnicos especializados do Instituto Chico Mendes (ICMBIO) e do Centro Nacional de Mamíferos Aquáticos (CMA)¹.

O espaço consolidado para o turismo da região está concentrado na faixa litorânea, constituída principalmente por Cajueiro da Praia, Barrinha e Barra Grande, cada uma dessas praias com suas características peculiares, que no conjunto formam uma rota de ecoturismo diferencial na região. De acordo com o Plano Diretor do Município elaborado no ano de 2008, os locais de interesse para serem explorados pelo turismo são o Estuário Rio Timonha/Ubatuba (pescaria amadora, a observação do Peixe-boi Marinho; observação do Cavalo Marinho; realização de Trilha na Ilha Grande; avistagem de animais silvestres e aves migratórias; passeio no interior do estuário; trilha da Camboa da muriçoca; visita aos antigos portos de contrabando do café); Ilha Dantas (prática de mergulho); As igrejas matriz de Cajueiro e Barra Grande; Os Eventos locais - o Festival do Milho, quadrilhas, bumba - meu - boi, festa do Sagrado Coração de Jesus, a farinhada e a safra do caju, que culmina com a Festa do Caju; O artesanato local - a produção baseia-se na confecção de cestos e bolsas de palha de carnaúba, crochê e trabalhos com búzios; A Gastronomia típica da região – formada por pratos a base de frutos do mar e caju. Os pratos tradicionais da culinária local são a moqueca de caranguejo, o peixe ao molho, paçoca de arraia e a galinha com macaxeira (PIAUÍ, 2012).

Em relação à estrutura receptiva ao turista, Cajueiro da Praia apresenta muitas deficiências. Quanto aos transportes públicos, em Cajueiro da Praia a informalidade se sobressai. Quanto à gestão pública do turismo, Cajueiro da Praia dispõe de Secretaria de Obras, Turismo e Meio Ambiente (criada recentemente, em 2009), além do apoio sempre presente das seguintes instituições governamentais e não governamentais: SEBRAE, IBAMA, Instituto Chico Mendes, Banco do Nordeste, Aliança Mandu, Associações de Condutores Barratur e Nativos.

Barra Grande constitui a praia litorânea do município de Cajueiro da Praia que é mais visitada pelos turistas, sendo a única praia do município que possui estrutura receptiva de pousadas, bares e restaurantes, associação de guias e condutores, por possuir uma grande área apropriada ao banho de mar e ao aproveitamento dos ventos alísios, para a prática do esporte *kitesurf*².

¹ A base do Projeto Peixe-Boi Marinho é de responsabilidade do CMA e do ICMBio. Foi o primeiro município brasileiro a receber o título de Patrimônio Natural do Peixe-Boi Marinho, através de uma lei municipal de 2003. Assim, a prefeitura local é responsável perante a lei por proteger os sirênios e seus habitats (estuários, rio e mar), além de poder explorar este título para incrementar a atividade turística e articular parcerias com entidades para preservar este mamífero. A imagem do mamífero está tão assimilada pela comunidade que a figura do animal é parte integrante da bandeira do município (CARVALHO, 2010, p.55).

² O *Kitesurf* é um esporte aquático, ainda sem certificação da ABNT, que mistura manobras de surf, *windsurf* e *wakeboard*. O seu praticante pode deslizar sobre a superfície da água e, ao mesmo tempo, alçar vôos, numa velocidade de até 60 km/h. A pipa é feita do mesmo material utilizado na fabricação de uma asa-delta. A prancha pode ser fabricada por um material especial para o esporte, como também pode ser confeccionado pelo mesmo material de uma prancha de surf. Conforme a

Apresentando um aspecto bucólico típico de uma vila de pescadores, a praia de Barra Grande possui área urbana de 78 hectares e uma faixa de praia com 4 km de extensão e cerca de 1.500 habitantes. O povoado tem o seu núcleo original estruturado ao longo do acesso rodoviário à praia. No eixo de acesso concentra-se a maioria das ocupações mais antigas do povoado. É preciso destacar ainda que, por Barra Grande estar inserida dentro da APA do Delta do Parnaíba, espera-se que o desenvolvimento do turismo na localidade promova ações que incentivem sua conservação, buscando a formação de uma consciência ambientalista por meio da interpretação do ambiente, promovendo o bem estar das populações.

4 O SURGIMENTO DO TURISMO NA COMUNIDADE DE BARRA GRANDE E SEUS IMPACTOS SOCIAIS, ECONÔMICOS E AMBIENTAIS

A visitação à praia de Barra Grande remonta do início da década de 70 do século XX, quando veranistas oriundos principalmente de Teresina e de Parnaíba e também do Ceará, das localidades de Jericoacoara e Camocim vinham passar suas férias. Só após uma década, é que começam a aparecer os excursionistas, vindos, em grande parte, das cidades de Luís Correia e Parnaíba. Esse turismo de massa, trazido pelos ônibus, continua acontecendo na praia, porém o local que eles ocupam na praia é diferente do local ocupado pelo turista de maior poder aquisitivo. Quanto aos estabelecimentos de hospedagem para atendimento da demanda turística observa-se que até 1980 não existia registro de nenhum na praia. Em 1981 foi fundada a Pousada Mualén, que existe até hoje e pertence a um empresário de Parnaíba. (PESQUISA DIRETA, 2011).

A partir de 2000 descortina-se um novo turismo em Barra Grande, com mudança quanto ao perfil dos visitantes, bem como na estrutura receptiva local. Tal fato deve-se, principalmente, à introdução do esporte *kitesurf* no ano de 2005, trazido pelo empresário teresinense Ariosto Ibiapina, que como veranista, percebeu o crescimento da prática do esporte *kitesurf* na praia de Jericoacoara (CE), motivando-o a abrir uma pousada que possuísse instalações adequadas e com suporte para receber os praticantes e simpatizantes desse esporte.

A pousada trouxe visibilidade à praia, atraindo um novo tipo de turista, agora, de maior poder aquisitivo e faixa etária concentrada entre os 17 e 30 anos. (PESQUISA DIRETA, 2011). De acordo com Costa (2006), até o ano de 2006, a praia de Barra Grande contabilizava um total de cinco pousadas.

Em 2009, o número de pousadas sobe para nove, totalizando 164 leitos. Em 2010, já se compatibilizam 13 pousadas, somando 242 leitos. Dessas, duas são de proprietários estrangeiros: um francês e um italiano. As demais são de empresários teresinenses e paulistanos. Até o momento, não há nenhuma pousada pertencente a cadeias hoteleiras, tampouco de propriedade de cidadãos nativos (CARVALHO, 2010).

A prática do esporte *kitesurf* é tão incentivada na praia, que foram abertas três escolas para o ensino do esporte. A estrutura de apoio à atividade do *kitesurf* está presente em quatro das treze pousadas de Barra Grande, cujos proprietários também são praticantes do esporte, sendo alguns de nacionalidade estrangeira. A Foto 1 demonstra alguns aspectos relacionados à prática do *kitesurf* na localidade:

ABETA (2008), o *Kitesurf*, como é praticado hoje, foi criado na França entre 1993 e 1994. Em 1996, o esporte chegou ao Brasil por Paulo Ferrari, no Rio de Janeiro.

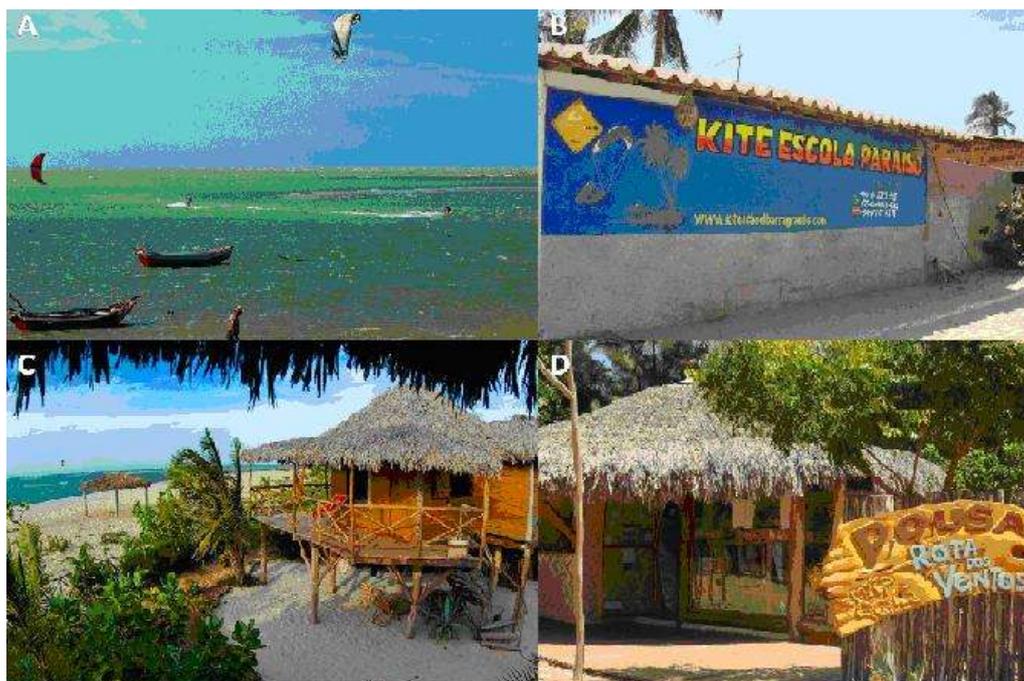


Foto 1 – Aspectos relacionados à prática do kitesurf na praia de Barra Grande: A – prática do esporte; B – Uma das escolas de kitesurf existente na comunidade; C – Estrutura de uma das pousadas da comunidade; D – Loja de produtos de kitesurf anexada a uma pousada da localidade
Fonte: Medeiros (2010)

Apesar do crescimento no ramo da hotelaria o mesmo não se vê em relação ao setor de alimentos e bebidas do município. O setor de alimentação de Barra Grande é composto por estabelecimentos simples e rústicos, com pratos baseados na gastronomia local, à base de peixes e frutos do mar. Todas as pousadas possuem seus próprios restaurantes, que apresentam uma melhor estrutura em relação aos demais estabelecimentos existentes na localidade, o que faz com que o turista permaneça sempre dependente dos serviços ofertados pelas pousadas e hotéis, como depõe F. S., pescador:

O turista vem aqui, mas ele volta imediatamente encantado. Do jeito que ele vem dentro do carro ele salta do carro e vai pra pousada, ninguém nem sabe quem é, eles ficam tudo lá dentro, não tem contato com a gente não. Depois é que a gente sabe da notícia de que veio aqui. (PESQUISA DIRETA, 2011)

De acordo com o morador local M. C.:

Até 2003, ninguém tinha a menor noção de que se podia ganhar dinheiro com o turismo. Foi através de uma experiência de 4 meses no então criado Departamento de Turismo da Prefeitura de Cajueiro da Praia que eu e outra funcionária despertamos para essa questão. No início, nós ficávamos ali parados, sem saber o que fazer, até que entrou a figura do SEBRAE como parceiro que iniciou uma série de cursos para a região: cursos sobre condução de grupos, educação ambiental, animação turística, atendimento ao turista, sustentabilidade, dentre outros. A quantidade de pessoas que se envolveu nesses treinamentos foi em torno de 25 pessoas. O nosso instrutor incentivou a criação de uma associação para representar o turismo. A partir de então, criou-se uma associação de

moradores e o nosso grupo passou a ser visto como diferente do restante da comunidade, porque nós estávamos com outro pensamento, com outra visão. A gente entendia sobre a questão da preservação e da conscientização ambiental e aí nós queríamos que todo mundo estivesse pensando como a gente, mas recebemos muita rejeição quando saímos defendendo aquelas idéias que aprendemos (PESQUISA DIRETA, 2011).

O potencial do esporte como atrativo turístico é relevante, e como produto turístico, é capaz de movimentar muitos recursos. Segundo o condutor de turismo D. S.:

A praia de Barra Grande é visitada principalmente por turistas do próprio estado, de estados próximos como Ceará, Tocantins e o Distrito Federal, jovens de todo o Brasil em busca da prática do *kitesurf*, além de muitos turistas de outras nacionalidades que visitam a localidade, mas que não têm seus países de origem registrados, sendo que a maioria é francês e italiano (PESQUISA DIRETA, 2011).

A propósito, vale ressaltar que muitos desses turistas estrangeiros têm fixado residência na praia de Barra Grande, a exemplo do que fizeram em outros destinos turísticos nordestinos, como Jericoacoara-CE, (FONTELES 2004). Tal fato demanda um maior acompanhamento e atenção por parte do poder público, no sentido de evitar que os mesmos dominem os espaços e a gestão turística local, como mostra a moradora local, S. M., 61 anos:

A gente sabe que o turismo traz coisa boa e estamos tentando nos adequar a essa nova realidade. Mas traz coisas ruins. Essa parte ruim é a questão da especulação imobiliária porque principalmente por estrangeiros, na comunidade, a questão de projetos que não são consultados com a própria comunidade? Muitos projetos vêm e a comunidade acaba sabendo quando já está formalizado e não tem aquela parte da construção juntamente com a comunidade?. Então assim, principalmente a parte dos estrangeiros, eles compram, normalmente acontece isso, compram um terreno de tamanho x e depois cercam o terreno um pouco maior e aí já gera aquele conflito com a comunidade e coisa e tal (PESQUISA DIRETA, 2011).

Em relação ao funcionamento das pousadas, observa-se que muitas compram seus produtos de consumo diretamente de Teresina, Parnaíba e até do Ceará (pescados em geral). É preciso haver um maior estímulo aos arranjos produtivos locais, despertando nos moradores o interesse em investir no setor comercial da localidade. O comércio local, de fato, com a estrutura que se apresenta hoje, quase sempre, não tem condições de suprir a demanda, como afirma o empresário M.C: “A única opção que nós temos aqui é a padaria de D. Osvalde e, quase sempre, tem muitos produtos em falta. Além disso, compramos em quantidade para baratear os preços. Muitas vezes, eu me junto com o pessoal das pousadas vizinhas para fazer uma compra de atacado” (PESQUISA DIRETA, 2011).

As outras possibilidades de exploração da atividade turística em Barra Grande, além do esporte *kitesurf*, são as atividades de caminhada e canoagem, passeios às Ilhas das Garças, das Cabras, do Camaleão e a trilha dos Cavalos-marinheiros. De acordo com Barbosa e Perinotto (2010, p.7):

Além do cavalo marinho, a trilha oferece contato direto com a fauna e flora existente. Segundo alguns turistas, não seria apenas o cavalo-marinho que os deixa fascinados, mas o conjunto da beleza vista durante o trajeto como: crustáceos, diversas aves, mariscos, peixes e inclusive a vegetação nativa, especialmente o mangue vermelho (*Rhizophora mangle*) que, unidos, incrementam o passeio.

Estes passeios só vieram a ser ofertados a partir de 2005, quando da criação da primeira associação de condutores, a BARRATUR. Segundo o ex-presidente desta associação Marcos Cazuzá:

Até 1990 aqui não era feito nenhum passeio, só tinha a praia mesmo. Os passeios só começaram mesmo com a criação da nossa associação. Quando nós iniciamos o único roteiro era o da Ilha do Camaleão, que hoje não existe mais porque realmente não desperta mais interesse, já que a idéia era levar o turista num barco que a gente mesmo remava e quando chegava em frente a praia de Macapá a gente ficava mostrando um monte de galho seco e pedindo que o turista imaginasse formas de figuras. Hoje isso perdeu o sentido. Após uma pesquisa sobre o cavalo marinho que uma estudante veio fazer, foi criado o roteiro do Cavalo Marinho, que até hoje é o que faz mais sucesso. Além do cavalo marinho, nós também oferecemos o passeio da Ilha das Garças, a trilha das ostras e o Fraldão (PESQUISA DIRETA, 2011).

Os passeios ecológicos são organizados por duas associações de condutores, a BARRATUR e a NATIVOS – Arte e Turismo. Após a criação da BARRATUR, que atualmente possui dez condutores, a segunda associação foi fundada em 2009, contando com um quadro de doze associados, sendo todos da comunidade local. Todos os condutores são do sexo masculino, com faixa etária entre 18 e 30 anos, com nível escolar fundamental concluído.

É importante registrar que a presença de turistas estrangeiros, dispostos a realizar passeios ecológicos é constante, e o fato dos condutores não falarem outros idiomas dificulta a comunicação, que, na maioria das vezes acontece através de mímicas, o que compromete a qualidade do serviço prestado. Os condutores têm consciência dessa limitação e já fizeram um curso de noções básicas de inglês, ofertado pelo SENAC. Mesmo assim, a deficiência permanece, pois os cursos são de carga horária pequena e não tem continuidade.

Nas duas associações de condutores são comercializados os mesmos passeios e roteiros turísticos, buscando valorizar os atrativos naturais existentes. As duas associações desempenham um importante papel em prol do desenvolvimento turístico sustentável local. Os condutores organizam, disciplinam as visitas como uma forma de mostrar detalhadamente o valor daquela biodiversidade, de proteger a fauna dos predadores e, ao mesmo, tempo, fazer desse pedagógico *tour* ambiental um meio de gerar renda para os moradores. A iniciativa de criação de duas associações de condutores locais é louvável, pois, segundo o morador e condutor local D. S., 23 anos:

Nesse aspecto, é bom dizer também que a relação entre turistas e comunidade mudou. Há uns dois, três anos atrás acontecia muito de a pessoa chegar e só desfrutar da praia. Hoje a gente conhece pessoas que vem há 15 anos na comunidade e que não conhecia a rua ao lado. Iam

pra praia, conheciam a casa onde ficavam e ficavam nesse trajeto casa praia. Hoje em dia muitas pessoas vêm e acabam procurando os passeios, querem conhecer a comunidade dos habitantes, do modo de sobrevivência daqui (PESQUISA DIRETA, 2011).

Apesar do crescimento do fluxo de visitantes que realizaram passeios, a questão da sazonalidade é preocupante, pois durante os meses de pouca visitação, os condutores precisam ter outras ocupações. Ainda segundo o condutor de turismo local D. S:

Ainda não dá pra sobreviver só com o turismo. No caso do nosso trabalho tem a sazonalidade, a gente procura até certo ponto manter ao máximo o trabalho que estamos desenvolvendo. No momento que a gente vê assim que já tá caindo, a gente vai ter limite e tem experiências de pessoas que fazem até parte da Nativos que acabaram indo pra fora e que hoje retornaram de novo. Então assim, a gente vê que de repente tem como crescer dentro da própria comunidade, entendeu, ou trabalhando com turismo ou com outra atividade ligada ao turismo (PESQUISA DIRETA, 2011).

Tanto a BARRATUR como a NATIVOS lutam pela garantia de sua sobrevivência, pois o fluxo de turistas ainda não consegue resultar lucros para seus integrantes, de forma a proporcionar dedicação apenas a essa atividade, como afirma o condutor E. S., 27 anos: “Só do turismo ainda não dá pra viver”. Ambas associações sentem falta de uma maior participação do poder público municipal nas suas ações. Segundo o condutor D.S, “a única ajuda que a Prefeitura fornece é a concessão de um prédio público para funcionamento da Nativos.” No aspecto da comercialização do turismo, percebe-se pouco interesse da iniciativa pública local em promover uma maior divulgação do local.

Quanto ao artesanato local, a produção baseia-se na confecção de cestos e bolsas, utilizando basicamente a palha de carnaúba. Barra Grande dispõe de uma Central de Artesanato, que foi fundada nos anos 80 do século XX, mas que possui pouca relevância comercial e cultural no contexto atual, tanto para os turistas, quanto para os moradores.

No Réveillon de 2010, situações adversas como a falta de luz por um período de mais de 24 horas consecutivas impactaram de forma negativa a imagem do produto Barra Grande, como observa o condutor D.S, “os problemas que aconteceram durante o réveillon 2010 mancharam nossa imagem e, acho que isso, de certa forma contribuiu para diminuir a quantidade de pessoas que procuraram por nossos passeios” (PESQUISA DIRETA, 2011).

Tal fato ocasionou uma retração na demanda, que pode ter optado visitar outros destinos com melhor infraestrutura, evitando ter aborrecimentos em suas viagens de lazer no principal período de férias.

A população se sente incomodada com as mudanças negativas que estão acontecendo, porém poucos são os que se engajam de forma pró-ativa, de forma a romper esse vínculo de estarem sempre na condição de reféns desse processo. Para a comunidade de Barra Grande, muitas mudanças ocorreram e alteraram seus hábitos. Por exemplo, se antes o lazer era os turistas frequentarem o local dos nativos, hoje, o lazer dos moradores, com exceção da quadra poliesportiva, é muito associado ao turismo, através da realização de eventos, como o BarraJazz Festival que aconteceu em 2009, 2010 e 2011.

A quadra, que fica situada na entrada da localidade, em frente à igreja católica, é frequentada diariamente por adolescentes, em especial os homens, que jogam futebol, na maioria das vezes no fim da tarde. Segundo a moradora O. G., 59 anos:

O único lazer desses meninos daqui é a quadra e uma ou outra festa quando acontece aqui, em geral, na época das férias, quando tem mais turistas. Não tem mais opção. Fica tudo dependente do turismo praticamente, até porque nossas festas tradicionais estão morrendo, o que é uma pena (PESQUISA DIRETA, 2011).

Não existem locais para realização de eventos no município e as apresentações de artistas ou a montagem de equipamentos de som para sua realização são feitas nas praias ou nas próprias pousadas. As festas que acontecem nas pousadas não contam com a presença dos moradores, que se sentem excluídos pelo tipo de música, ou pelos preços cobrados dos serviços, como relata o pescador F. S.:

Nos últimos dois anos (2008 e 2009), no período do carnaval, a pousada Ventos Nativos sediou a realização de um evento denominado Barra Grande Jazz Festival, mas onde a gente praticamente não tinha como entrar. Ficou esquisito acontecer um evento aqui e a gente não participar. Além disso, os cantores que vieram ninguém nunca tinha ouvido falar (PESQUISA DIRETA, 2011).

O evento repercutiu em sites nacionais, como o UOL (notícia de 02/03/2009), que postou a seguinte notícia:

Programado para os dias 23 e 24 de fevereiro de 2009, o Festival de Jazz e Blues de Barra Grande, o Barra Jazz, será uma das grandes atrações para o período das festas de Momo no litoral do Piauí. O festival será realizado no povoado Barra Grande, cuja praia é um dos lugares mais bonitos e requisitados do litoral piauiense. "É um festival de jazz e blues, sendo mais uma opção para quem for a Barra Grande durante o período do carnaval", explica um dos organizadores do festival, músico Ferdinand Melo. O evento trará ao Piauí nomes como o guitarrista americano James Wheeler e o músico brasileiro Rodrigo Eisinger. Além de boa música para os turistas e visitantes, o festival também promoverá oficinas de música para a comunidade de Barra Grande. "Serão realizados workshops de música durante o dia. O evento tem o patrocínio do Governo do Piauí; da Secretaria Estadual de Turismo, Setur; da Piauí Turismo, Piemtur; da Prefeitura Municipal de Cajueiro da Praia, e apoio cultural do Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas, Sebrae no Piauí.

Apesar do evento incluir na sua programação *workshops* de música para a comunidade, entende-se que o BarraJazz não foi planejado para ser uma opção de lazer para os moradores, mas exclusivamente direcionado a um público elitizado, que tem afinidade com o gênero musical jazz, portanto, um evento muito seletivo, o que provoca o descontentamento por parte de alguns moradores, como relata o condutor D.S. 23 anos:

Assim, teve a famosa maquiagem, então, essa maquiagem foi como: teve uma parte aberta pra comunidade que seria a parte de envolvimento da comunidade, mas não houve essa participação. A questão é que

aconteceu um evento que ninguém sabia, o que deixou todo mundo chateado. Além disso, a comunidade não é acostumada com esse tipo de música (PESQUISA DIRETA, 2011).

Em relação à infraestrutura urbana, a praia de Barra Grande conta com rede pública de abastecimento d'água, onde são atendidos em média 786 domicílios. Porém, é preciso ressaltar que a água distribuída pela AGESPISA (Águas e Esgotos do Piauí S/A) só chegou em Barra Grande em 2001, e, mesmo assim, não é de boa qualidade. Existem seis poços e, no entanto, apenas um funciona: um poço do tipo cacimbão, muito raso - com profundidade aproximada de três metros e meio - do qual não se tem informação da capacidade de vazão. A água é bombeada do poço diretamente na adutora, sem qualquer tratamento.

Quanto à energia elétrica, de acordo com moradores locais, a distribuição não atende satisfatoriamente todo o povoado em função da estrutura precária oferecida pelo órgão responsável no estado, a Eletrobrás Piauí. Além disso, eles destacam que é muito frequente a improvisação de pequenas redes alternativas e gambiarras, como mostra o depoimento do empreendedor L. A.:

O fornecimento de energia, mesmo com a exemplar assistência de um único funcionário da CEPISA (hoje Eletrobrás), que reside em Camurupim (PI), sofre apagões inexplicáveis. Independente das intempéries da natureza, a luz vai embora. É o temor dos donos de restaurantes, que saem pelas ruas correndo desesperados, procurando alguém que tenha um gerador e local para guardar suas carnes antes que estraguem quando a luz some. A luz é a condição mínima para existência humana e sua falta nos envergonha quando vemos turistas, nas altas temporadas, andarem a esmo, sem ter aonde ir, numa noite de *réveillon* (PESQUISA DIRETA, 2011).

As barracas de praia possuem uma estrutura bem precária para atender de forma satisfatória o turista. Embora com todo o crescimento do turismo na localidade, em duas décadas, as barracas à beira mar que são de propriedade dos moradores da praia permanecem praticamente iguais. No entanto, é preciso ressaltar que muitas fecharam, ou seja, enquanto os empresários de fora estão se instalando em Barra Grande e abrindo bares e restaurantes num ritmo acelerado, a população local vai recuando em meio a esse processo (PESQUISA DIRETA, 2011).

Em Barra Grande, salvo a hotelaria e os bares da orla, as atividades de comércio e serviço, em sua maioria de porte muito pequeno, acontecem na própria residência dos moradores. As instalações são muitas vezes precárias, inclusive na higiene. Os produtos e serviços oferecidos não são caros, mas pecam pela pouca diversidade, quantidade e qualidade, designando quase sempre o pouco poder aquisitivo e o baixo nível de escolaridade de seus proprietários e clientes mais usuais. O tipo de atendimento realizado mantém o atendimento tradicional de balcão. Os principais produtos demandados são os de necessidade básica, como alimentos e remédios.

Outro aspecto observado é a migração dos peixes de Barra Grande, que antes se localizavam à beira mar, eram todos ribeirinhos e agora estão se deslocando para alto mar. Os pescadores reclamam muito que o grande responsável por essa mudança é a prática do esporte *kitesurf*, pois, como eles utilizam todo o espaço próximo à beira mar, os peixes foram afugentados. “O *kitesurf* tem afastado os peixes”, conta o pescador F.S.

No entanto, mesmo sentindo-se prejudicada, a Colônia de Pescadores não toma nenhuma providência legal para resolver esse problema. Incomodada com essa falta de ação, a Associação dos Moradores entrou em contato com a Capitania dos Portos, para estabelecer o limite do uso do mar pelos *kitesurfistas* e conseguiu provocar uma discussão na localidade sobre essa temática realizada em 2010. Ainda assim, o problema não foi solucionado e só se agrava. A precariedade da infraestrutura na comunidade de Barra Grande pode ser observada na Foto 2 que, se comparada com as imagens da Foto 1, demonstra a grande diferença sócio-econômica observada entre a zona turística e a área central da comunidade.



Foto 2 – Elementos de infraestrutura da comunidade de Barra Grande. A: Espaço de lazer (quadra poliesportiva); B – Disposição do lixo em via pública; C – Principal venda local; D – Barraca de praia.

Fonte: Medeiros (2010)

5 CONCLUSÃO

O sistema turístico, para funcionar de forma equilibrada, demanda ordenamento em sua rede de infra-estrutura, atividades de produção, comércio e serviços de forma a funcionar de maneira integrada, cobrindo todos os estágios de uma cadeia de suprimento, desde a transformação de matérias-primas, passando pelos estágios intermediários de produção, até a entrega do produto acabado, ao mercado.

Em Barra Grande, não há um ordenamento e definição de papéis entre os atores envolvidos na atividade turística local. Falta articulação entre os diversos setores locais, como o comércio, os restaurantes, os hotéis e as agências de viagens. Aos poucos, os setores componentes da cadeia produtiva do turismo local estão crescendo, porém de forma individualizada, o que não favorece um desenvolvimento turístico consolidado e bem posicionado mercadologicamente.

Salvo o caso das associações de condutores, as quais totalizam menos de uma dezena de nativos envolvidos, a atividade turística em Barra Grande pouco ou nada impactam na geração de emprego e renda a comunidade.

A forma em que se encontra a cadeia produtiva do turismo na praia de Barra Grande sinaliza a necessidade urgente de uma avaliação, planejamento e reordenamento quanto aos serviços prestados na localidade pois o fenômeno turístico deve ser analisado como um fator de mudança social e coletiva que afeta as condições e os modos de vida dos envolvidos, sendo capaz de modificar, inclusive, o aspecto global da sociedade, causando benesses de ordem social, econômica, cultural e ambiental, que se caracterizam por serem indissociáveis, ou seja, um impacto de natureza ambiental gera impacto também nas esferas cultural, econômica e social, em razão da sua complexidade.

Conclui-se, portanto, que o modelo de desenvolvimento turístico existente em Barra Grande se distancia das premissas do turismo comunitário e, para que o desenvolvimento turístico pelo qual a praia de Barra Grande vem passando aconteça de forma sustentável é preciso, prioritariamente, a participação ativa da comunidade em todo o processo.

DEVELOPMENT OF TOURISM IN BARRA GRANDE, PIAUÍ (BRAZIL) AND ITS SIGNIFICANCE FOR THE LOCAL COMMUNITY

Abstract

Tourism development, when conducted in a disorderly way, certainly causes lots of harm to its inhabitants and the geographical area. At the coastline of Piauí state, the Barra Grande Beach, in Cajueiro da Praia, tourism has emerged in 2005, due to the favorable conditions for kitesurfing, an activity that made inns and other enterprisers appear, whose owners are not part of the local community. On that perspective, local inhabitants had been segregated from the tourism evolution, resulting low collaboration from the tourists growth, such as employment and income for residents. Because of it, this paper aims to understand the economical and environmental impacts caused by the tourist exploration at Barra Grande beach, in order to attend the importance of touristic planning based on sustainability, based on reports obtained by interview made with natives and existing entrepreneurs on that place.

Keywords: Barra Grande - Piauí. Tourism. Kitesurfing. Sustainable development.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, A. G. P.; PERINOTTO, A. R. C. Trilha Ecológica do Cavalo Marinho: ecoturismo em Barra Grande-PI. **Revista Rosa dos Ventos**, v.1, n. 1, jan./jun 2010.

BENI, M. C. **Política e planejamento de turismo no Brasil**. São Paulo: Aleph, 2006.

_____. **Análise estrutural do turismo**. 2 ed. São Paulo: SENAC, 1998.

BUARQUE, S. **Construindo o desenvolvimento local sustentável: metodologia de planejamento**. Rio de Janeiro: Garamond, 2002.

CARVALHO, S. M. S. **Possibilidades e limitações do desenvolvimento sustentável do turismo no município de Cajueiro da Praia (PI)**. 2010, 164f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente) - Universidade Federal do Piauí. Teresina, 2010.

CHENERY, H. **Handbook of Development Economics**. New York: Elsevier Science Publisher, 1991.

CORIOLOANO, L. N. M. T. O turismo comunitário no nordeste brasileiro. In: BARTHOLO, R; GRUBER, D; BURSZTYN. **Turismo de base comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras**. Ministério do Turismo. Brasília: Ed. Letra e Imagem, 2009.

CORIOLOANO, L. N. M. T; VASCONCELLOS, F. P. **O turismo e a relação sociedade-natureza: realidades conflitos e resistências**. Fortaleza: Ed UECE, 2007.

DOWBOR, L. A intervenção dos governos locais no processo de desenvolvimento. In: BAVA, Silvio C. (org.). **Desenvolvimento local. Geração de emprego e renda**. São Paulo: Polis, 1996, n. 25, p. 29-44.

FONTELES, José Osmar. **Turismo e impactos socioambientais**. São Paulo: Aleph, 2004.

FREITAS, S. T. **Anomalocardia brasiliana Gmelin, 1791 (Mollusca Bivalvia): rendimento, composição química e dados etnobiológicos das marisqueiras de Barra Grande, Cajueiro da Praia, Piauí**. 2011, 89f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente) - Universidade Federal do Piauí. Teresina, 2011.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br>. Acesso em: 07 nov. 2010.

LEFF, E. **Saber ambiental: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder**. Petrópolis: Vozes, 1998.

LEMONS, C. Inovação na era do conhecimento In: LASTRES, H. M. M; ALBAGLI, S. (Org.) **Informação e globalização na era do conhecimento**. Rio de Janeiro, Campus, 1999.

MALDONADO, C. O turismo rural comunitário na América Latina: gênese, características e políticas. In: BARTHOLO, R; GRUBER, D; BURSZTYN. **Turismo de Base Comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras**. Ministério do Turismo. Brasília: Ed. Letra e Imagem, 2009.

MEDEIROS, E. M. 8 fotos, Digital Color, 2010.

MONTEIRO, J. O.; MONTEIRO, J. O. Turismo, comunidade e preservação: a importância de práticas sustentáveis na localidade de Barro do Furado. In: II SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE TURISMO SUSTENTÁVEL, 2., 2008, Fortaleza. **Anais...** Eixo 4. Fortaleza, CE: Instituto Terramar e Fórum em Defesa da Zona Costeira do Ceará, 2008. CD ROM

MOREIRA, A. M.; MAVIGNER, D. S. **Conhecendo história e geografia do Piauí**. Parnaíba: Gráfica Ferraz, 2007.

PIAUI. Piauí Turismo - PIEMTUR. Disponível em: <http://www.piemtur.pi.gov.br>. Acesso em: 16 abr. 2012.

PNUD. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. Disponível em <http://www.pnud.org.br/>. Acesso em: 15 out. 2011

RUSCHMANN, D. V. de M. **Turismo e planejamento sustentável: a proteção do meio ambiente**. Campinas: Papirus, 1997.

SACHS, I. **Ecodesenvolvimento: crescer sem destruir**. São Paulo: Vértice, 1986.

SEN, A.K. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SOUZA, N. J. **Desenvolvimento Regional**. São Paulo: Atlas, 2009.

TAVARES, G. S. C. **O meio ambiente e as possibilidades do turismo de base local nas comunidades de entorno da lagoa do Cajueiro**. 2009, 109f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente)- Universidade Federal do Piauí. Teresina, 2009.

UOL. Universo online – ecoviagem. Disponível em: <http://ecoviagem.uol.com.br/noticias/social/festas-dancas-e-manifestacoes-regionais/barra-jazz-se-consagra-no-calendario-de-eventos-do-piaui-8550.asp>. Acesso em: 24 jun. 2012

VEIGA, José Eli. Sustentabilidade equivocada. In: **Caderno Ilustríssima** – Folha de São Paulo (05/09/2010).

ZAPATA, T. **Gestão participativa para o desenvolvimento local**. Recife: Instituto de Assessoria para o desenvolvimento humano, 2004. Disponível em: <http://www.iadh.org.br>. Acesso em: 06 nov. 2010.

Artigo recebido em 27/06/2012. Aceito para publicação em 21/12/2012.